



## Interpeção Escrita

Apesar do desenvolvimento da economia da RAEM, a distribuição dos recursos é injusta, pois olhando para os rendimentos dos trabalhadores residentes, estes não conseguem partilhar, efectivamente, dos frutos do desenvolvimento económico. A economia local, sob a liderança do sector dominante, desenvolve-se como um foguete, assim, a devolução dos postos de trabalho aos residentes pelo sector dominante é a chave para a efectiva participação daqueles nos frutos do desenvolvimento económico. Em 1 de Novembro de 2011, o Governo respondeu, por escrito, à minha interpelação, referindo que *“a proporção entre os trabalhadores daquelas 6 concessionárias era, em média, de 80% de trabalhadores residentes para 20% de trabalhadores não residentes.”*. Porém, consultei, através da página electrónica do Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) da RAEM, os dados sobre os números de trabalhadores residentes e não residentes de todas as empresas, e verifiquei, depois da devida comparação, que a proporção de trabalhadores não residentes nas empresas do jogo já tinha ultrapassado os 20% em 2013. E atendendo a que a situação piorou de forma bastante notória, apresentei, então, uma interpelação. O Governo admite, na sua resposta datada de Setembro de 2013, que a proporção de trabalhadores não residentes das seis operadoras do jogo atinge, em média, 35,4%, adianta que vai proceder, atempadamente, ao ajustamento e ao controlo dos recursos laborais mas que,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

no entanto, não dispõe de medidas concretas para que a referida percentagem volte a ser inferior a 20%.

Depois de ter consultado, mais uma vez, a página electrónica do GRH e de comparar os números de trabalhadores residentes e não residentes nas empresas de Macau, verifiquei, em várias entidades empresariais na dependência das seis operadoras do jogo, um aumento notório da proporção de trabalhadores não residentes, ainda que, no ano passado, tenha havido lugar a uma inversão na tendência de aumento das receitas do sector do jogo. Receia-se que a respectiva percentagem, para além de ter já ultrapassado os 20%, se situe, aproximadamente, nos 30%. Assim sendo, solicitei, formalmente, a apresentação dos respectivos dados em Fevereiro do corrente ano, mas não recebi nenhuma resposta. No debate das LAG da área da Economia e Finanças, no dia 30 de Março deste ano, voltei a pedir esses dados, exigindo ainda ao Secretário que actualizasse os dados, apresentados à Assembleia Legislativa pelo seu antecessor, sobre a proporção de directores residentes e não residentes das empresas do sector dominante, com vista a justificar as oportunidades de promoção dos trabalhadores residentes naquele sector. Segundo a resposta verbal do Secretário na Assembleia, os referidos dados iriam ser apresentados dentro de alguns dias, no entanto, até agora, ainda nada se viu. Na minha opinião, o Secretário não deve continuar a fugir da questão.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo deve fornecer dados actualizados sobre o número de trabalhadores residentes e não residentes das seis operadoras do jogo, e incluir nessas estatísticas uma listagem das empresas/entidades na sua dependência, com vista a possibilitar a fiscalização do público. Vai fazê-lo?
2. No intuito de assegurar a comparticipação dos residentes de Macau nos frutos do desenvolvimento económico, o Governo deve definir algumas medidas concretas e a respectiva calendarização da sua aplicação, para que a proporção de trabalhadores não residentes seja controlada no limite dos 20%. Já o fez?
3. O Governo deve apresentar dados sobre a proporção de directores residentes e não residentes das empresas do jogo, com vista a justificar, com base em dados actualizados, as oportunidades de promoção dos trabalhadores residentes no sector dominante. Vai fazê-lo?

27 de Abril de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Ng Kuok Cheong**